

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Zero Hora

Class.: _____

Data: 02.09.88

Pg.: _____

Índios são transferidos da Guarita

Para extirminar de vez com a oposição a sua administração, o cacique Samuel Claudino, da reserva caingangue da Guarita, em Tenente Portela e Miraguaí, deu início ontem ao processo de transferência das famílias adversárias para outras áreas indígenas, ao mesmo tempo em que várias casas de índios rebelados teriam sido novamente atacadas. De acordo com informações recebidas em Porto Alegre pela Associação Nacional de Apoio ao Índio (Anai), mais 25 famílias estão sendo obrigadas a abandonar a área, a exemplo de outros 150 índios que já estavam refugiados desde a segunda-feira passada em casas fora dos limites da reserva. Os índios denunciaram o cacique por roubo de madeira e de equipamentos destinados à comunidade e agora o acusam de tentar expulsá-los da reserva para se apoderar de suas terras.

O cacique, que dirige a reserva como se comandasse um campo de concentração, empregando até mesmo uma milícia particular para sustentar seu regime de terror contra a oposição, esteve ontem em Passo Fundo para conversar com o administrador regional da Funai, Francisco Eugênio dos Santos. No entanto, Samuel Claudino não disse quando pretende libertar os cinco índios adversários ainda presos na cadeia da reserva. Nús e praticamente sem alimentação, os índios estariam sendo agredidos pelos capangas do cacique, segundo denúncia de familiares dos detidos. Um dos presos que, apesar de ferido no ataque dos aliados do cacique às casas dos opositores, ficou sem água e comida por 36 horas, somente ontem foi levado para um hospital de Tenente Portela.

Intervenção Federal

Os maus tratos infligidos aos índios já seriam motivo, de acordo com a (Anai), para uma intervenção na reserva. Em seu artigo 57, o Estatuto do Índio prevê tolerância a punições aplicadas pela chefia da reserva, "desde que não sejam de caráter cruel ou infamante". Pela tradição caingangue, a punição mais comum é prender a perna do índio por algumas horas a um tronco em forma de forquilha. "A lei dá condições para a intervenção. Se a Funai não interfere é porque não quer", diz o vice-presidente da associação, Rodrigo Venzon. Ele também considera como "um ato arbitrário" a transferência das famílias adversárias, lembrando que, pelo estatuto, isto só seria permitido se um índio tivesse cometido crime de morte.

Se dependesse do administrador regional da Funai, o governo federal já teria intervido na reserva há muito tempo. "Se bem conduzida, a intervenção poderia ser positiva", concorda o vice-presidente da Anai. Esta medida, contudo, deve ser tomada em nível de ministro e até agora a direção nacional da Funai tem evitado acionar dispositivos drásticos para resolver conflitos internos nas reservas. No caso da intervenção, uma das alternativas é o Exército ocupar a reserva com um pelotão — já que a área é federal —, extinguindo os arrendamentos e expulsando os fazendeiros que negociam com os índios, uma prática proibida por lei e qualificada como a responsável por toda a crise na Guarita. Dos 12 mil hectares da reserva, onde vivem 1.400 índios, 5 mil estão arrendados.